



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

EM: 13.03.2024

INÍCIO: 09h30min

PRESIDENTE: SR. JEAN OLIVEIRA

SECRETÁRIO: SR. AFFONSO CANDIDO

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 6ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) - Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira fazer observações e discuti-las, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) - Não há Expediente, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Passemos às Breves Comunicações. Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passemos...

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) - Presidente, a Deputada Dr^a Taíssa quer fazer uso da palavra.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputada Taíssa? Deputada Dr^a Taíssa com cinco minutos.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Bom dia a todos, a todos que nos acompanham pela internet. Hoje é um dia, Presidente, de muita felicidade para essa parlamentar e para a saúde do Estado de Rondônia.

Agora a pouco, acabei de sair do Hospital de Base, junto com o nosso Adjunto Senhor Barone, e toda a equipe da Sesau (Secretaria de Estado da Saúde) para entrega de uma emenda parlamentar do nosso gabinete, de R\$ 1.300.000,00. Por que essa nossa Emenda Parlamentar? Há mais de 20 anos o Hospital de Base não tinha a substituição dos móveis e das cadeiras, dentro do HB. Um hospital que é referência no Estado de Rondônia e referência no país. O segundo maior hospital do país, só perde para Brasília.

E a gente, em busca de dar dignidade para as pessoas, em busca de dar dignidade para os funcionários, nós colocamos a emenda completa, para substituições das mesas e das cadeiras. Pasmem! O ano passado, quando eu estive lá, em meu primeiro ano de mandato, eu cheguei a ver mesas que eram encostadas com tijolos, isso, infelizmente, a gente vivencia na saúde do Estado de Rondônia.

E eu, como parlamentar, extremamente preocupada com a saúde, fiz questão de colocar todos os recursos necessários para que houvesse a substituição. Em 15 ou 20 dias já estão chegando os móveis. A entrega do cheque simbólico foi hoje, mas a emenda já está sendo executada.

E eu digo mais, Presidente, quando eu cheguei aqui no Parlamento, eu escutei o seguinte: "Saúde é um saco sem fundo". Mas, eu como brasileira, e que acredito em um país melhor, eu não acredito nessa fala, não. E não vou conduzir o meu mandato pensando dessa forma. Saúde tem jeito, sim! Tem como a gente melhorar a saúde do Estado, basta cada um ir na ponta, fiscalizar. E realmente, não só falar dos problemas, mas fazer ação e solução, como eu venho fazendo, colocando recursos para que a gente possa melhorar a saúde do Estado.

É assim, que a gente muda a vida das pessoas. É assim que a gente faz - como a minha Região de Guajará Mirim, de Nova Mamoré, da Ponta do Abunã, que percorrem 320 km para estar aqui na Capital, possam ter um pouco mais dignidade na saúde do nosso Estado.

E é por isso, que hoje é um dia de comemoração, R\$ 1.300.000,00 para os móveis do Hospital de Base. Por quê? A gente tem que lembrar que o Hospital de Base já foi gabinete do Governador Jorge Teixeira, e era referência, e o que depender dessa parlamentar, vai voltar a ser referência, porque saúde é questão de dignidade para o nosso povo.

E agradecer muito, a todo empenho do nosso Governador Marcos Rocha, de toda a Secretaria do Estado da Saúde - Sesau, e principalmente, das pessoas que estavam na ponta, que, quando eu fui lá verificar a saúde do Estado, foram as primeiras a falarem as demandas e fazerem todo empenho - tanto Elizete, como Raquel, como o próprio Barone -, para que a gente pudesse colocar essa emenda o mais rápido possível. E foi em cinco meses, o recurso está lá.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) - Não há mais oradores, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos e encerradas às Breves Comunicações, passemos para o Grande Expediente, que também não há oradores inscritos.

Encerrado o Grande Expediente, solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) - Procede à leitura das Proposições recebidas, a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede Medalha do Mérito Cultural Professor Amizael Gomes da Silva ao Senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Educação e Cultura do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Cabo PM Marlon Bruno Barbosa Gomes, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Institui o Plano Estadual da Juventude e Sucessão Rural, no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Institui o dia 05 de maio como o Dia à Memória do Marechal do Exército Brasileiro Cândido Mariano da Silva - Marechal Rondon e dá outras providências.

Lido, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas, iniciando pelos Requerimentos, que não há sobre a Mesa nenhum Requerimento. Então, outras matérias a serem apreciadas.

Por razões técnicas, suspendo a Sessão por tempo indeterminado até o prazo das matérias a serem apreciadas chegarem à Mesa.

(Suspende-se essa Sessão às 09 horas e 45 minutos e reabre-se às 09 horas e 50 minutos)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Está reaberta a Sessão.

Senhores deputados, diante das informações que nos chegaram, do Deputado Pedro, que teria três projetos para serem apreciados - só um momento, por favor. Está me atrapalhando aqui -, três projetos que seriam discutidos, deliberados, ele retirou de pauta. E nós temos alguns projetos que tem a necessidade de ser apreciado pelo governo, mas está sob pedido de vista e aí regimentalmente eles não podem vir ao plenário para serem deliberados. Então, não há matérias a serem deliberadas.

Portanto, está encerrada a Ordem do Dia e passemos às Comunicações de Lideranças. Pergunto se tem algum deputado que gostaria de fazer o uso da palavra.

Deputado Luizinho Goebel, com a palavra por 20 minutos com direito à aparte. Deputado Luizinho Goebel, do Partido Liberal.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) - Partido PSC, com direito à fala.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Nosso futuro, Deputado Affonso, prefeito de Ji-Paraná.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Olá, senhores e senhoras, venho a esta tribuna mais uma vez para levantar aqui um tema de alta relevância para o cidadão do Estado de Rondônia. O Governo do Estado mandou um projeto à esta Assembleia Legislativa, através da Mensagem 265, que trata de pedido de autorização para que o governo contrate um financiamento. O valor do pedido de autorização para ser financiado: R\$ 1 bilhão e 502 milhões. Repetindo para não ficar nenhuma dúvida: mais de um R\$ 1 bilhão e 500 milhões.

E no projeto consta parte do recurso para infraestrutura. O que seria infraestrutura? Tem vários tipos de infraestrutura, mas elas não são citadas ali, nem qual o tipo e nem quais seriam.

Segunda parte do projeto, moradia. Sim, uma ação muito importante, moradia, mas não falam qual o modelo das moradias, quantas moradias, qual o valor de cada moradia, quem seria a pessoa atendida com essas moradias e onde essas moradias seriam construídas.

E, terceiro, para demais investimentos com projetos, que também não se fala quais os projetos ou quais as despesas. E aí, cidadão de Rondônia, sabe quem vai pagar essa conta? Você. Você. E você autorizaria o governo pegar um financiamento de mais de R\$ 1 bilhão e 500 milhões sem você, que vai pagar a conta, saber no que será investido? Eu tenho certeza que, neste momento, você está falando: "Jamais! Não! Eu não posso aceitar."

Como se não bastasse só isso, nós podemos falar algo mais. Não sabemos em quantas parcelas será pago esse

financiamento, não sabemos quem está emprestando esse dinheiro, e também nós não sabemos quais os juros que serão cobrados. E aí, cidadão de Rondônia, você deve estar se perguntando: "Mas, eu vou pagar uma conta de mais de R\$ 1 bilhão e 500 milhões sem saber no que será investido? Sem saber de quem nós vamos pegar o dinheiro, sem saber em quantas parcelas pagaremos, não saber quanto de juros estamos pagando e de quem nós estamos pegando o financiamento?" Nenhum cidadão de Rondônia pegaria um financiamento nessa modalidade.

Então, Assembleia Legislativa, nós somos 24 deputados estaduais. E se, neste momento, eu perguntasse quem é que sabe o que realmente vai ser feito com esse dinheiro, quanto vai pagar de juro, onde será investido, de quem está pegando emprestado esse dinheiro, ninguém saberia responder. Então, é um projeto de muita responsabilidade para ser analisado, e eu convoco os pares para que analisem isso. Porque, no mínimo - no mínimo, Senhor Presidente -, nós deveríamos ter um projeto aqui dizendo o seguinte: nós estamos pegando um financiamento de mais de R\$ 1 bilhão e 500 milhões, estamos pegando do "fulano de tal", vamos pagar "X" de juros, vamos investir isso em tal obra, com valor aproximado de tanto, e aí, sim, nós poderíamos até pensar e aprovar esse projeto.

Porque nós, deputados estaduais, temos uma procuração do povo de Rondônia. Nós temos uma procuração do povo de Rondônia. Nós representamos aqui o povo de Rondônia. E nós podemos votar uma matéria dessa, um projeto dele sem saber o que estamos votando? Não. Podemos dar um cheque em branco? Não. Podemos contrair uma dívida de mais de R\$ 1 bilhão e 500 milhões sem saber no que está sendo investido?

As pessoas que conhecem as rodovias estaduais de Rondônia sabem que elas, na sua grande maioria, estão em péssimas condições, péssimas condições de trafegabilidade.

E, no projeto, deputados, não consta lá que eles vão comprar uma carriola, que eles vão comprar uma caçamba, que eles vão comprar uma motoniveladora, que eles vão comprar uma escavadeira. E aí? Nós vamos pegar esse dinheiro para fazer o quê?

Eu acho, pelo que eu ouvi falar, que eles querem terceirizar várias obras, vários serviços que o DER tem feito e mantido até hoje. E isso seria uma grande loucura que nós faríamos se nós autorizássemos isso.

Vou dar um exemplo, nosso líder, o Deputado Laerte, lá em Presidente Médici, município em que o senhor foi o deputado mais votado dos deputados de fora do município. Nós temos uma residência do DER em Ji-Paraná, que está a aproximadamente 40, 60 quilômetros de Estrela de Rondônia, que é um distrito de Presidente Médici. Tem uma residência do DER. Uma equipe técnica, uma equipe de servidores e uma equipe de máquinas. E lá em Ji-Paraná, que está aproximadamente a 60 km, Estrela de Rondônia, também tem uma estrutura de uma usina de asfalto.

Deputado Affonso, o senhor conhece também muito bem a região. Deputada Cláudia, Deputado Nim, e aí, lá mesmo em Estrela de Rondônia, Distrito de Presidente Médici, tem Cacoal, que está a aproximadamente 60 km, também, de distância. E, em Cacoal, tem uma residência do DER, uma estrutura gigante. E, se não bastasse a residência do DER de Cacoal, também nós temos uma usina de asfalto em Cacoal. Com toda estrutura. Uma usina moderna. Com toda estrutura.

E aí, nós vamos à Alvorada D'Oeste, que é a nossa cidade, Deputado Laerte, onde nós sempre fomos bem votados lá, tanto eu quanto você; e nós temos uma outra residência do DER, Deputado Pedrinho. Uma outra residência do DER, que está a aproximadamente 70 km de Estrela de Rondônia.

E lá tem um trecho de asfalto da RO-479, se eu não me engano, de 10 km. Pensa na luta que é para a gente fazer o DER fazer aquela manutenção.

Se fosse no tempo do DEVOP (Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Rondônia), que eu trabalhei no DEVOP e, no tempo do Governador Ivo Cassol, eu tinha certeza que o Ivo Cassol iria reunir essas estruturas todas e, em 10 dias, ele iria fazer um asfalto de ponta a ponta daquela rodovia. Novo e de boa qualidade. E aí, com toda essa estrutura, hoje, eles têm dificuldade para manter um tapa-buraco. Fizeram um, depois de muita cobrança do Deputado Laerte; depois de muita cobrança do Deputado Luizinho fizeram um tapa-buraco. Só que já está cheio de buraco de novo.

Então, imaginem só, por que eu estou falando isso? Eu estou dando um exemplo da inoperância, da incompetência e incapacidade que o governo tem de fazer gestão na infraestrutura.

E se alguém quiser me contestar sobre isso, eu gostaria até que a gente pudesse promover aqui uma Audiência Pública com a presença do governo, do governador, de quem ele quiser mandar para cá, e nós vamos debater isso.

E aí, imaginem só, agora vem a pior parte. Olhem o que eu falei da estrutura que tem próximo de uma rodovia que tem 10 km. Se nós autorizarmos esse financiamento de R\$ 1 bilhão e 500 milhões, talvez eles gastem esse dinheiro, que é muito dinheiro – eu estou falando de mais de R\$ 1 bilhão e 500 milhões – que serão contraídos, mas que depois, com os juros, vai ficar muito mais do que isso. E imagina se eles investirem esse dinheiro para continuar fazendo o que está sendo feito neste momento.

Então, não dá. Nós não podemos. Quero deixar bem claro aqui, que eu não sou contra financiamento. Eu sou contra

esse tipo de financiamento, porque você dá um cheque em branco para quem nem sequer sabe gastar o dinheiro. Seria um grande risco para toda a população do Estado de Rondônia.

Então, esse é o meu discurso. E, para aqueles colegas deputados que tiverem alguma dúvida, vamos debater isso; porque, nós, mais uma vez, se nós votarmos esse financiamento é como se nós estivéssemos votando – mais uma vez – o aumento do imposto de ICMS. Se nós votarmos esse financiamento é como se, mais uma vez, nós estivéssemos autorizando a taxaço da produção agrícola do nosso Estado de Rondônia. O impacto é o mesmo.

Então, nós não podemos mais aceitar as mazelas. Nós não podemos mais continuar dando cheque em branco e, principalmente, um cheque de mais de R\$ 1 bilhão e 500 milhões, para a gente não saber para onde vai o dinheiro, de onde vem o dinheiro, no que vai ser gasto o dinheiro, quanto de juros vamos pagar e quem está emprestando o dinheiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado, o senhor me concede uma Questão de Ordem, aí?

O SR. LAERTE GOMES - Questão de Ordem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Concedo, sim, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Só um minuto, Deputado Laerte.

Ainda na fala do Deputado Luizinho, eu ouvi atentamente sua fala, e, dentre aquilo que Vossa Excelência falou, eu concordo com algumas coisas. Eu acredito que é necessário esta Casa compreender melhor a matéria, e se faz necessário o estudo. Cada um aqui, dentro da sua consciência, vai buscar conhecer a matéria, aprofundar o conhecimento do que ela vem trazendo. E, por isso, ela não foi apreciada até agora.

Acho que está em tempo para que cada deputado aqui possa levantar as suas dúvidas e fazer os questionamentos como Vossa Excelência fez. É verdade que é R\$ 1 bilhão e meio. A proposta é essa, mas não existe capacidade de endividamento de R\$ 1 bilhão e meio. Essa capacidade era se fosse aprovado esse projeto ano passado. Esse ano a capacidade de endividamento caiu por conta de algumas concessões que nós fizemos, como, por exemplo, das forças de segurança. Aumentamos a Folha de Pagamento e, portanto, a capacidade de endividamento caiu. Então, hoje é em torno de R\$ 900 milhões.

E eu acredito, Deputado Luizinho, eu já votei bastante financiamento, assim como Vossa Excelência. Vossa Excelência ainda votou mais projetos de financiamento que eu, porque no mandato, que Vossa Excelência tem um a mais que eu, foi votado aqui cento e poucos milhões na época, que se corrigido no dia de hoje daria em torno de R\$ 500 milhões. Eu votei no mandato do Governador Confúcio Moura quase R\$ 1 bilhão, que se corrigido nos dias de hoje daria em torno de R\$ 3 bilhões. E hoje o Estado, mais uma vez, graças ao seu poder de pagamento em ordem, em dia, com o seu fluxo de caixa sendo superavitário, consegue ter essa linha de crédito para investimento.

É importante frisar que nosso Estado é um Estado ainda jovem, é um Estado ainda em pleno desenvolvimento. Quando você anda nos Estados afora, no Sul do país, você encontra estradas vicinais asfaltadas. Mas, isso não foi da noite

para o dia. Isso foi ao longo de dezenas de anos de progresso, de desenvolvimento. O nosso Estado ainda está aquém desse desenvolvimento. Portanto, tomar empréstimos para investimento é, sim, um caminho para o progresso. Obviamente que aí eu concordo com Vossa Excelência que nós temos que ter o cuidado de analisar os juros, que nós temos que ter o cuidado de saber de quem estamos tomando esse empréstimo. É óbvio que temos que ter o cuidado aonde vai ser aplicado esse empréstimo.

Mas, assim, eu só gostaria de falar isso porque entendo a sua preocupação. Se o senhor não fosse um deputado que tivesse conteúdo e algo acrescentar por esse Parlamento, não seria deputado de cinco mandatos. Mas, eu quero aqui dizer que nas suas palavras, em determinados momentos a gente interpreta que o governo tem a intenção de tomar esse empréstimo para algo pessoal. E aí a gente coloca uma má-fé, dá o sentimento de má-fé por parte do Executivo Estadual.

Então, eu só queria colaborar com Vossa Excelência, que a sua preocupação de saber o juros, de quem vai tomar empréstimo é totalmente, Vossa Excelência está completo de razão, mas nós não podemos interpretar como má-fé a tomada desse empréstimo, porque eu defendo: o Estado de Rondônia precisa de recursos para crescer ainda mais, investir em infraestrutura, porque é infraestrutura que traz o progresso. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Obrigado, Senhor Presidente. Só dizer que eu, na minha fala eu falei que eu não sou contra financiamento, desde que seja um financia viável. Porque quando eu vou pegar um financiamento no banco, eu que não consigo sair de financiamento, eu analiso as propostas. Eu sei de quem eu pego, quanto de juros eu vou pagar e,

inclusive, eu sei onde eu vou gastar. Eu vou gastar para fazer um investimento ou pagar uma conta. Então, é isso que nós precisamos fazer.

Então, obrigado, Presidente, pela sua fala. Importante que o senhor concorde comigo na questão de que a gente tem que saber o que está votando, tem que saber de quem está pegando, quanto está pagando de juro e, principalmente, no que será investido.

Obrigado, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Obrigado, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LAERTE GOMES - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Laerte Gomes, Vossa Excelência gostaria de fazer apenas uma Questão de Ordem? O espaço também está aberto aqui, por causa de Vossa Excelência...

O SR. LAERTE GOMES - Não. Só para, indo de acordo com o pronunciamento do nosso colega Deputado Luizinho. Presidente, a preocupação Deputado Luizinho em parte eu concordo, porque é uma matéria que está aqui na Casa, mas não tem previsão de pauta de votação. O governo já se comprometeu inclusive de melhorar o projeto, de colocar dentro do projeto as informações necessárias, quais rodovias vão ser recapeadas, quais rodovias vão ser pavimentadas; a questão das casas populares está dentro do projeto - para

atender as pessoas de baixa renda, que eu também acho importantíssimo. É o sonho do cidadão ter a sua casa própria. Então, todas as informações vão chegar.

Esse projeto não se discute, agora, a pauta e a votação dele. Mas, é importante deixar registrado aqui também que o financiamento, como Vossa Excelência muito bem disse, não é mais R\$ 1 bilhão e meio, Deputado Luizinho. Devido às concessões de aumentos que foram dados aqui na Assembleia no final do ano, deve girar em torno de algo de R\$ 800 milhões, que é a capacidade hoje do Estado, devido às despesas que foram aumentadas pelo Estado.

O projeto, a proposta veio para cá, vai ser debatida. O governo vai, com certeza, dar as informações necessárias a todos aqueles parlamentares que compõem esse Parlamento, aos 24. Vão ser discutidas as rodovias. É uma prerrogativa do Executivo escolher as rodovias, fazer o trabalho que vai ser feito, ou é recapeamento, ou é construção de novas rodovias.

Saindo daqui, Presidente Jean, passa pelo Tesouro Nacional e aí o Estado, dentro do que a legislação obriga, vai buscar captação desses recursos com a melhor taxa de juros, com o melhor prazo para poder pagar, com o melhor negócio para o Estado.

As propostas de financiamento têm de vários bancos: Banco do Brasil, Caixa Econômica, de bancos internacionais e logicamente, que o Estado não é irresponsável e nem pode ser, porque os órgãos de controle estão acompanhando e fiscalizando. O Governo do Estado vai pegar a melhor taxa de juros, com o melhor prazo, como qualquer cidadão empreendedor faz para poder fazer os investimentos necessários à infraestrutura de Rondônia.

Rondônia cresce. A iniciativa privada cresce muito mais rápido do que a capacidade do Estado de investir em infraestrutura. São bandeirantes que estão chegando aqui no Estado, Deputado Jean, é do Rio Grande do Sul, é do Paraná, é do Mato Grosso, é de várias regiões do Brasil, arrendando terras, plantando soja, plantando algodão, plantando milho. E nós precisamos dar o quê para esses produtores rurais? Estrada de qualidade para poder escoar a produção.

O Estado tem capacidade, hoje, de fazer com recurso próprio? Não tem. O financiamento, a cada R\$ 1,00 que você investe no financiamento em estrada e recuperação de estrada vai dar retorno, Deputado Pedro, você que foi prefeito, de quatro, cinco, dez vezes mais para o Estado e a população de Rondônia, como Vossa Excelência muito bem colocou.

Então, é importante o financiamento. E pode ficar tranquilo, Deputado Luizinho, a preocupação de Vossa Excelência é louvável, as taxas de juros, o prazo de financiamento. O Estado é obrigado a procurar a melhor taxa, a melhor proposta, o melhor negócio. O Tesouro Nacional ainda vai ter que autorizar.

Então, é um processo que se nós aprovarmos aqui, quando aprovar, eu tenho certeza que esta Casa vai aprovar, quando vir as informações necessárias, ainda vai demandar um tempo para que seja liberado este recurso.

Mas, o Estado, a visão do Governo do Estado é discutir com os deputados; as informações vão chegar, as rodovias que vão ser pavimentadas, que vão ser recapeadas. Inclusive, ontem eu estive com o Diretor do DER. Já tem mais ou menos um esboço do que vai ser, vai ser incluído dentro do projeto. Todas as informações necessárias vão ser dadas, até porque o governo quer total transparência nisso.

Esse empréstimo, como foi muito bem colocado, não é para o governador, não é para o DER, esse empréstimo é para o Estado de Rondônia, é para a população de Rondônia, para investir naquilo, Deputado Jean, que mais se faz necessário agora: melhorar a nossa infraestrutura em Rondônia para que possamos ter aumento de produção e conseqüentemente, melhoria aqui no nosso Estado.

Obrigado Presidente, pelo aparte que Vossa Excelência me deu.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Me permita um aparte, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Uma Questão de Ordem, só para colaborar, rapidinho, com a fala do Deputado Laerte.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Luizinho, depois o Deputado Delegado Camargo.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, Deputado Laerte, é só para dizer que a proposta que o governo mandou para a Assembleia Legislativa é mais de R\$ 1 bilhão e 500 milhões, é o que está...

O SR. LAERTE GOMES - Não tem capacidade mais, porque virou o ano.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Tudo bem, mas é o que mandou, segundo o projeto.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - A tabela está desatualizada.

O SR. LAERTE GOMES - Está desatualizada, meu companheiro.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - O projeto talvez poderia até ter sido votado e que eu e o Deputado Delegado Camargo apresentamos um Requerimento que impede a votação do projeto desde que não venha informação. E terceiro, o governo, pode ser que agora ele venha conversar com os deputados, sim. Porque a proposta que ele mandou não conversou com ninguém, queria que votasse, inclusive, da mesma forma que sempre vota a maioria das coisas, sem ler. É a proposta que foi feita, é que nós seguramos isso.

O SR. LAERTE GOMES - Não, Deputado Luizinho, me desculpa.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Só um momento.

O SR. LAERTE GOMES - A gente tem que colocar os fatos, Deputado Jean, 30 segundos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deixa o Deputado concluir a fala dele, eu abro para Vossa Excelência falar.

O SR. LAERTE GOMES - Jamais o governo quando vota matéria, o presidente pauta, essa matéria jamais foi discutido pauta. Jamais foi discutido pautar e votar a matéria. Então isso não procede. Quando for discutido aí vão ser chamados os deputados - porque aqui todo deputado tem liberdade de conversar com a presidência, com todos os deputados, têm liberdade de pedir vista, informação, isso faz parte do nosso mandato, do Regimento -, mas jamais foi pautada essa matéria.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Eu gostaria só de deixar bem claro, o Deputado Laerte é o líder do governo, e aqui ele está falando em nome do governo, mas o governo manda as propostas para a Casa, mas quem delibera e a forma como delibera somos todos nós. Então, se dissesse aqui que "ah, vai ser aprovada sem ler" isso é uma culpa nossa, nós não podemos responsabilizar o governo por isso.

Mas, eu posso lhe dizer, Deputado Luizinho, que essa irresponsabilidade eu pretendo não cometer. Acredito que Vossa Excelência, fazendo essa alerta, já deve estar estudando o projeto.

Então, aqui, todos os deputados, como Vossa Excelência muito bem disse, têm uma procuração, que é esse diploma que foi expedido para cada um de nós como mandato de deputado e cada um aqui age conforme a consciência, a sua própria consciência diante daqueles que lhe conduziram a esta Casa.

Então, os deputados aqui sabem que têm um comprometimento com a população de Rondônia e qualquer

projeto que for aprovado aqui, a população lá do município mais distante, na linha mais distante, vai cobrar, porque hoje existe uma coisa, Deputado Alan, que fortalece o mandato e não é só deputado que hoje é fiscal, a população inteira é fiscal porque hoje, nós temos transparência, nós temos acessibilidade ao que se discute na Assembleia.

Neste exato momento, existem pessoas assistindo a essa Sessão, existe pessoas tendo conhecimento sobre esse projeto. Então, a internet facilitou o conhecimento das pessoas. Aqui todos nós temos que prestar contas. E esse mandato, cada um "toca" o mandato como acha que tem que "tocar", mas esta Casa, deixando bem claro, não pautou esse projeto.

O governo encaminha a Mensagem para a Casa, mas quem pauta e quem vota são os deputados. Então, a gente não pode transferir essa responsabilidade, Deputado Luizinho. E também não podemos nos omitir aqui, porque essa é uma questão interna da Casa. Nós não podemos responsabilizar o governo por isso.

E se a gente quisesse aprovar sem o consentimento, a fala do governo, a gente aprovaria. Mas, nos entendemos a complexidade do projeto e é óbvio que, como muitos projetos, fazemos questão de ter o embate. Um embate muitas vezes exaustivo, que perdura por semanas, às vezes, meses.

O projeto está vencido, não foi aprovado quando foi mandado. Projeto é do ano passado, nós não votamos. O projeto já está desatualizado, por quê? Porque, da época que o governo encaminhou para esse exato momento, já não encaixa mais aquele projeto. O governo vai ter que mandar outra proposta. Então, só para deixar bem claro isso aí.

Deputado Rodrigo, com direito à aparte. Aparte não, é Questão de Ordem de Vossa Excelência.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, eu quero novamente parabenizar o Deputado Luizinho Goebel pela coerência e principalmente por Vossa Excelência, Deputado Luizinho, repito, ser quem o senhor é e não aquilo que eles gostariam que o senhor fosse. Parabéns pela personalidade e coragem do senhor levantar temas importantes aqui.

Como conservador, eu estou convencido de que uma medida eficaz de proteção ao bolso dos rondonienses deve ocupar um papel principal na discussão de qualquer projeto de recuperação ou de investimento em qualquer área do Estado.

Aliás, eu quero deixar isso muito bem registrado que eu fico muito contente, Deputado Luizinho, e em momento algum fiquei ressentido e muito menos magoado por ser tão categoricamente descartado num cenário de aumento de impostos proposto pelo atual governo, como por exemplo, aumento da alíquota do ICMS.

Vejo uma transformação extraordinária nesse tocante à pauta governamental e me sinto feliz por não fazer parte disso. Nós vemos primeiro isenção ou perdão de multas e juros para grandes devedores do Estado; logo na sequência aumento da carga tributária; agora aporta nessa Casa o pedido de endividamento do Estado sabe se dá por quantos anos que irá impactar as futuras gerações inclusive.

Então, eu quero acreditar que nós temos que ter muita cautela e agir de uma forma sensata. Porque, ao meu ver, analisar o presente projeto e colocá-lo para votação seria um ato cruel e de maligna negligência. Significaria ao meu ver, abandonar o Estado de Rondônia, votar o projeto no estado em que se encontra.

Então, quando Vossa Excelência traz isso à tona, eu tenho certeza que, de forma prematura, envergonharia para sempre todos aqueles que carregassem a culpa de votar um projeto cujo o valor está desatualizado.

Para aqueles que nos acompanham, o espaço fiscal é aquela capacidade de buscar recursos que o governo tem. Se você acessar o site do Tesouro Nacional Transparente, hoje, é de R\$ 980 milhões e mandaram o projeto com R\$ 1 bilhão e 500 milhões e, ali, sequer diz as garantias que serão dadas para quitação dessa dívida.

Deputado Luizinho, quero deixar bem claro, fazer um alerta e deixar registrado nos Anais desta Casa. Não se enganem. Se o governo aprovar esse endividamento, sabe o que que vai acontecer? Ele irá atrás para taxar o agro a fim de cobrir o compromisso com o pagamento das parcelas desse financiamento. Eu estou adiantando. Não se enganem. Se aprovar esse endividamento logo mais na frente o próximo passo será taxar o agro para quitar as parcelas do financiamento.

Aumentar o ICMS, sabe o que aconteceu? Gerou o contrário que todo mundo sabe. Diminuiu a arrecadação. Mas, é óbvio! Qualquer pessoa sabe disso. Governo conseguiu. Não se enganem. O próximo passo é a taxaçoão do agro e do pequeno minerador. Pode escrever.

Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES - Questão de Ordem, Senhor Presidente, para liderança do governo.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Senhores deputados. Nós estamos aqui em um ciclo vicioso de Questões de Ordem. Eu vou conceder mais uma vez porá o líder do governo e uma vez para o Deputado Camargo. Mas, eu queria antes de conceder essa Questão de Ordem...

O SR. LAERTE GOMES - O Deputado Camargo nem pediu, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Não, o Deputado Camargo não; o Deputado Ribeiro. Perdão.

Mas, antes de conceder a Vossa Excelência, líder a Questão de Ordem, eu só queria dizer para o Deputado Camargo que a sua retórica traz o sentimento de que essa Casa pautaria esse projeto e votaria a qualquer momento.

E eu gostaria de deixar bem claro, que nós não pautamos e nós não seríamos irresponsáveis. E não foi por conta do Requerimento do Deputado Luizinho e de Vossa Excelência. Eu, o Deputado Jean Oliveira, não votaria esse projeto como está. Estou falando por mim, porque eu posso falar por mim, não posso falar por mais ninguém. Mas, Vossa Excelência disse... Se Vossa Excelência quiser, pode puxar aí na gravação, que Vossa Excelência falou que esse projeto, como se ele já estivesse pronto para ser pautado, e através de Vossa Excelência e do Deputado Luizinho Goebel não foi pautado. Não. Esse projeto não foi pautado, porque ele não está maduro para ser votado.

Então, assim, o sentimento de Vossa Excelência de maior discussão, do Deputado Luizinho, de maior discussão é o que eu tenho. E não estou adiantando posicionamento nenhum de que sou contra ou sou a favor. Pelo contrário. Se tem uma

coisa que eu sou a favor e que o governo... vou dar ao governo a oportunidade de me provar que esse projeto é benéfico, votarei sim, porque eu sou a favor do progresso, da infraestrutura.

Hoje, nós temos uma carência de pontes. Não existe mais a matéria-prima em abundância para construir uma ponte, que era madeira, como tinha antigamente. E hoje tem uma necessidade, inclusive já até apontei isso para o governador. Falei: "Governador, tem a necessidade de construir pontes, pontes definitivas". E esse dinheiro é importante para isso. Por isso que deve ser discutido e aplicado da melhor forma.

Deputado Laerte, só peço para que seja rápido.

O SR. LAERTE GOMES - Vou ser bem rápido e breve aqui sobre a questão da liderança do governo, Senhor Presidente. Essa matéria não está sendo nem discutida pautar.

Primeiro, que o Deputado Luizinho, como disse já com o Deputado Camargo, ele sabe, conhece o Regimento, tem pedido de informação na matéria. Já de início, suspende a tramitação dela e a votação.

Então, nós estamos fazendo discursos e falando e falando de algo que não está nem na previsão de ser pautada. Mas, com certeza vai ser discutido. As informações, a gente já comunicou que o governo vai encaminhar, que é o papel dele, como é prerrogativa do governo - do planejamento do governo - escolher as estradas, quais as RO's vão ser pavimentadas, fazer o planejamento dele, e ele vai passar essa informação para cá. Então, isso está muito claro já.

Quanto à questão do Deputado Camargo, quando ele cita, e é verdade, foram votadas essas matérias que ele falou, como também foi votado o aumento dos delegados de Polícia

Civil, dos coronéis, foi votado tudo dentro desta Casa. Então, a gente tem que colocar que isso tudo pesa no final. Então, o Estado precisa, sim, do financiamento, precisa investir na melhoria da nossa infraestrutura.

Todos os governos de direita do Brasil têm feito financiamento. Você pode ir a São Paulo que o Tarcísio está fazendo financiamento; no Paraná, que o Ratinho está; em Goiás, que o Governador de Goiás está. Todos os governos estão. Então, tem que ter investimento, tem que ter financiamento, tem que investir em infraestrutura para poder escoar nossa produção.

Rondônia é o Estado que mais cresce, percentualmente mais rápido, os investimentos de produção, Deputado Pedro. Então, o Estado não consegue acompanhar esse ritmo, porque nós somos um Estado gigante, maior que o Estado do Paraná, com mais de 360 mil quilômetros quadrados, só com 52 municípios, como o Deputado Jean muito bem disse. Um Estado que o orçamento ainda é muito pequeno. Então, precisa de investimento para poder investir nas rodovias, para nós darmos condições aos produtores produzirem, para melhorar a arrecadação do Estado.

E quanto ao Deputado Camargo, quando ele fala da tributação do agro, aí é "Mãe Dináh", aí eu não vou discutir com previsão, meu líder, com todo o respeito e carinho que eu tenho por Vossa Excelência.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Ribeiro.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Obrigado. Só para alimentar o debate, dizer que foi construída essa ideia do financiamento desde o ano passado. Nós tivemos um debate

muito grande com relação ao aumento das forças de segurança. O Estado teve muito esforço em cumprir o compromisso do governador, em fazer o realinhamento das forças de segurança. Foi um investimento muito alto e ali nasceu a ideia, a vontade da equipe econômica em fazer esse financiamento para melhorar a qualidade das estradas, o investimento no Estado de Rondônia.

E o governador, no começo, foi convencido que existiria essa necessidade. O investimento com as forças de segurança foi um orçamento que nós aprovamos aqui, no final do ano passado. Teve aquele debate muito intenso. Foi um investimento de quase R\$ 900 milhões, escalonado em três anos. Tivemos a queda de arrecadação, tivemos que ter o aumento da tributação do ICMS, algo normal que todos os Estados estavam fazendo. Mas, nós tivemos um debate, que a Casa é para isso, a Casa é para o debate, para prevalecer o espírito democrático. E agora nós teremos, este ano, essa capacidade de o Estado ter esse financiamento.

Eu acredito que, como já disse o Deputado Jean e como disse o nosso líder, o projeto vai estar na Casa, vai ser muito bem explicado, muito bem detalhado e nós, como parlamentares aqui, como representantes do povo, iremos detalhar e sair com a melhor solução. É um investimento que o Governo do Estado de Rondônia fez ano passado no realinhamento das forças de segurança, e agora tem esse financiamento para o Estado tocar. Tocar os investimentos não só na área das estradas, mas também em outras áreas para melhor andamento da economia do Estado de Rondônia.

No mais, eu finalizo dizendo que eu acredito, confio no governador, nas pautas republicanas, e nós estamos juntos para atender sempre ao Estado de Rondônia.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Obrigado, Deputado Ribeiro do Sinpol.

E, nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 19 de março no horário regimental, às 15 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 10 horas e 31 minutos)

(Sem revisão dos oradores)